



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 6 de setembro de 2018

O Erasmus+ é uma marca europeia de sucesso, mas a medição do desempenho necessita de melhorias, afirma o Tribunal de Contas Europeu

Segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, a mobilidade dos estudantes no âmbito do programa Erasmus+ gera muitas formas de valor acrescentado europeu e tem um efeito positivo nas atitudes dos participantes em relação à UE. Os países não conseguiriam alcançar esses efeitos se atuassem sozinhos. No entanto, o Tribunal constatou que os indicadores utilizados para medir o desempenho do programa devem estar mais harmonizados com os seus objetivos, acrescentando que, apesar de alguma simplificação, os processos de candidatura e de elaboração de relatórios ainda são demasiado complexos.

O programa Erasmus+ tem como objetivo proporcionar aos alunos e profissionais a oportunidade de obter competências e desenvolvimento pessoal, socioeducativo e profissional através de estudo, formação, experiência de trabalho ou voluntariado no estrangeiro. Visa igualmente melhorar a qualidade e promover a inovação, a excelência e a internacionalização nas organizações educativas.

O Tribunal avaliou o desempenho e o valor acrescentado europeu da mobilidade Erasmus+, uma ação-chave do Programa no domínio da educação e da formação que representa mais de metade do orçamento de 16,45 mil milhões de euros. Até janeiro de 2018, mais de 2,3 milhões de alunos e pessoal educativo tinham beneficiado desta ação.

Globalmente, a mobilidade Erasmus+ cumpriu a maior parte das metas estabelecidas mas, numa nota crítica, o Tribunal constatou que os indicadores utilizados para medir o desempenho do programa devem estar mais harmonizados com os seus objetivos.

"O Erasmus+ permitiu a milhões de pessoas estudar, receber formação ou trabalhar no estrangeiro, tornando-o numa marca da UE reconhecida e de sucesso", declarou Rimantas Šadžius, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A mobilidade Erasmus+ gera muitas formas de valor acrescentado europeu que vão além das exigidas na base jurídica, designadamente uma abordagem estratégica da mobilidade, um aumento do sentimento de identidade europeia e o multilinguismo. Estes elementos devem ser integrados na avaliação do desempenho."

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Spokesperson T: (+352) 4398 47063

M: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Press Officer T: (+352) 4398 45410

M: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Em comparação com programas anteriores, o Erasmus+ introduziu muitas inovações no sentido da simplificação administrativa da mobilidade. Segundo o Tribunal, no entanto, os **processos de candidatura e de elaboração de relatórios** ainda são demasiado complexos e, além disso, o inovador Mecanismo de Garantia para Empréstimos a Estudantes não produziu os resultados esperados.

Para o futuro programa Erasmus+, o Tribunal recomenda que a Comissão Europeia deve:

- sugerir elementos adicionais de valor acrescentado europeu, que devem ser ordenados por prioridade na fase de avaliação dos projetos, acompanhados e mencionados nos relatórios;
- melhorar a medição dos objetivos alcançados e dar prioridade ao desempenho ao atribuir os fundos;
- continuar a simplificar o regime a fim de reduzir os encargos administrativos, incluindo melhores ferramentas informáticas;
- incluir os alunos do ensino escolar na mobilidade Erasmus+ e ponderar a introdução de maior flexibilidade para estudantes de doutoramento;
- avaliar a possibilidade de reintroduzir o financiamento do ensino de línguas presencial tradicional;
- incluir a mobilidade ao nível da licenciatura e do doutoramento no Mecanismo de Garantia para Empréstimos a Estudantes.

Nota aos diretores das publicações

O Erasmus+ apoia os domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, com um orçamento de 16,45 mil milhões de euros para o período de 2014 a 2020. O Programa abrange o ensino superior, o ensino e formação profissionais, o ensino escolar, o ensino de adultos, a juventude e o desporto, sendo executado a oitenta por cento em regime de gestão indireta através de agências nacionais.

Um objetivo de nível mais elevado do Erasmus+ é ajudar os países europeus a modernizar e melhorar os seus sistemas de educação e formação, reforçando o seu papel como motores do crescimento, do emprego, da competitividade, da inovação e da coesão social.

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios do TCE é posta em prática. Este elevado nível de aceitação salienta os benefícios do trabalho do Tribunal para os cidadãos da UE.

O Relatório Especial nº 22/2018, "Mobilidade no quadro do Erasmus+: milhões de participantes e valor acrescentado europeu multifacetado, mas a medição do desempenho necessita de melhorias", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.